

# NO REPARO DA HISTÓRIA, O NASCIMENTO DA FICÇÃO: A PROPÓSITO DA *HISTÓRIA DO CERCO DE LISBOA*, DE JOSÉ SARAMAGO

MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA BARBOSA

Friedrich Nietzsche, em suas *Considerações intempestivas* (1988), observa a complexa relação entre o homem e o passado, a partir da impossibilidade do esquecimento comum à vida humana. Segundo o filósofo alemão, o indivíduo é sempre perseguido por suas “algemas” (NIETZSCHE, 1988, p.105), encontra-se permanentemente preso aos acontecimentos de outrora, como revela o olhar que costuma lançar para a própria História. Os fatos históricos, em suas versões oficiais, apresentam-se como espetáculo, o que os transforma constantemente em exemplos para os tempos presente e futuro, necessários, portanto, à evolução.

A crítica a certa espetacularização do passado, verificada nos estudos nietzschianos, ocupa um espaço considerável na produção literária de José Saramago, afinal, como percebeu Teresa Cristina Cerdeira, os romances do escritor português costumam questionar a solidez do saber histórico por meio do “acto de emendar a História” (SILVA, 2000, p.200). Assim acontece também em *História do cerco de Lisboa*, *corpus* escolhido para a análise proposta neste trabalho. A narrativa acompanha a trajetória do revisor Raimundo Silva, capaz de mudar a versão oficial da reconquista de Lisboa pelos portugueses ao inserir um “não” e negar a ajuda dos cruzados na expulsão dos mouros.

A escolha do romance pauta-se na percepção de que é possível estabelecer uma relação entre a problematização da versão oficial da História, proposta pelo escritor português, e o questionamento dos caminhos que vinham sendo

percorridos pelos estudos históricos, verificado nas observações de Friedrich Nietzsche. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa é mostrar que, ao delinear o tempo da narrativa a partir do intercâmbio de dois momentos distanciados por séculos – o presente de Raimundo Silva e o passado da reconquista –, José Saramago estabelece um diálogo essencial entre os acontecimentos passados e a vida, para que aqueles não se limitem a ser mero saber legitimado. Aproxima-se, assim, do pensamento do filósofo alemão, que percebeu que “a cultura histórica só é salutar e rica de promessas de futuro se se inscrever numa corrente de vida nova” (NIETZSCHE, 1988, p.114).

Pretende-se, portanto, identificar na *História de cerco de Lisboa* o alcance do extemporâneo por meio da configuração temporal construída ao longo da narrativa. Para isso, é preciso investigar a fragilização das noções de presente e passado, alcançada por meio do intercâmbio entre esses dois tempos, capaz de criar a possibilidade de uma terceira temporalidade, que funde os dois momentos distintos, afinal a obsessão de Raimundo Silva pela escritura de uma outra história não mais submetida ao rigor científico faz com que a sua própria vida se confunda com a sua criação.

A relação entre literatura e História é comum na escrita de Saramago e de outros romancistas portugueses, que, por meio do romance histórico, revisitaram “a margem, o silêncio, a periferia” (SILVA, 2000, p.215). Esse traço da ficção contemporânea começa a ser explicitado na *História do cerco de Lisboa* já na referência histórica que aparece no título, que pode até induzir o leitor a uma interpretação equivocada acerca do que encontrará nas páginas do livro. Não há qualquer aspecto científico no texto saramaguiano, afinal está-se diante de uma obra que, como outros tantos relatos da contemporaneidade, percebeu, no caráter lacunar e fragmentado do discurso histórico<sup>1</sup>, a possibilidade de transformá-lo em matéria ficcional. Todavia, conforme percebeu Maria Alzira Seixo, “este é, nos romances de Saramago, aquele onde o discurso da História mais lugar ocupa” (1989, p.35), dado essencial à análise da construção temporal verificada no texto.

O questionamento da existência de uma verdade absoluta aparece logo na epígrafe do romance, novamente extraída de um suposto *Livro dos conselhos*, que diz: “Enquanto não alcançares a verdade, não poderás corrigi-la. Porém, se a não corrigires, não a alcançarás. Entretanto, não te resignes”. Ao relacionar o alcance do verdadeiro ao ato de correção, o autor acaba por revelar a fragilidade dos fatos quando apresentados sob uma perspectiva apenas, afinal, se podem ser corrigidos, são passíveis de erros. Essa é uma ideia essencial à compreensão da *História do cerco de Lisboa*, na medida em que a narrativa tem como principal personagem exatamente a figura do revisor, aquele que é responsável por corrigir os livros antes da publicação.

Este se trata de um homem simples, de nome comum – Raimundo Silva –, que vive uma vida aparentemente medíocre e sente-se cansado exatamente por ler, nos

textos históricos que revisa, páginas em que não se encontram “um facto novo, uma interpretação polêmica, um documento inédito, sequer uma releitura” (SARAMAGO, 1989, p.39). Esse indivíduo vê-se, mais uma vez, diante de um texto histórico, de valor científico, que tenta dar conta exatamente do que aconteceu no cerco de Lisboa, quando os portugueses conseguiram reconquistar a cidade, então ocupada pelos mouros. Novamente, o que chama a atenção de Raimundo Silva é a observação de que, naquele material, havia:

Apenas mais uma repetição das mil vezes contadas e exaustas histórias do cerco, a descrição dos lugares, as falas e as obras da real pessoa, a chegada dos cruzados ao Porto e sua navegação até entrarem no Tejo, os acontecimentos do dia de S. Pedro, o ultimato à cidade, os trabalhos do sítio, os combates e os assaltos, a rendição, finalmente o saque. (SARAMAGO, 1989, p.39)

Tem-se, portanto, uma narração dos acontecimentos em uma sequência lógica, tantas vezes repetida por se tratar de um discurso consolidado, supostamente inquestionável, exemplo do saber histórico que Nietzsche associa a uma “necessidade de conhecimento puro” (1988, p.113).

Outro traço marcante presente no relato do historiador é a exaltação do feito português e a atribuição do papel de herói a Afonso Henriques, transformando o episódio do cerco em espetáculo da vitória. Nesse sentido, verifica-se a sintonia da tradição histórica com o discurso do vencedor, observada por Walter Benjamin, ao afirmar que “o investigador historicista estabelece uma relação de empatia (...) com o vencedor” (1996, p.225). Assim, vê-se “o espetáculo do passado, que impele os homens para o futuro, dá-lhes a coragem para viver, acende neles a esperança de que a justiça há de vir, que a felicidade os espera do outro lado da montanha que vão subir” (NIETZSCHE, 1988, p.112). Esse olhar para o tempo passado como monumento faz com que se busquem heróis para o presente, como revela o final da obra composta pela personagem do historiador:

Mas nesta última página da História do cerco de Lisboa pode Raimundo Silva encontrar a ardente expressão de um patriotismo fervoroso, que decerto saberá reconhecer ser a vida monótona e paisana não lhe entibiu o seu próprio, agora se arrepiará, sim, mas daquele sopro único que vem da alma dos heróis, repare-se no que escreveu o historiador, No alto do castelo o crescente muçulmano desceu pela derradeira vez e, definitivamente, para sempre ao lado da cruz que anunciava ao mundo o baptismo santo da nova cidade cristã,

elevou-se lento no azul do espaço, beijado da luz, sacudido das brisas, a despregar-se ovante no orgulho da vitória, o pendão de D. Afonso Henriques. (SARAMAGO, 1989, p.41)

Verifica-se uma associação da imagem de Afonso Henriques com a de um herói nacional, homem responsável por uma “suposta” salvação das terras portuguesas. Percebe-se, assim, que o relato do historiador se encontra imerso em uma abordagem da História que enxerga o passado de forma a espetacularizá-lo, tornando-o exemplo necessário para o presente e para o futuro. No entanto, o texto de José Saramago começa a desconstruir essa imagem, a partir da audácia do simples Raimundo Silva, que, em seu ofício de revisor, sem qualquer pompa acadêmica ou reconhecimento científico, decide modificar o relato. Opta, então, por inserir a palavra “não” em meio à passagem que exalta a ajuda que os cruzados deram aos portugueses na reconquista de Lisboa, e será exatamente a partir dessa modificação, que o escritor português abrirá a possibilidade da escrita de outra história do cerco.

Ao negar a participação dos cruzados como ajuda necessária à conquista lusitana, Raimundo Silva vê sua existência – antes marcada pelo tédio e pela monotonia – modificar-se em função do novo papel que passa a exercer, a ponto de ser chamado pelo narrador de um “diferente Raimundo Silva” (SARAMAGO, 1989, p.223). Como percebeu Maria Alzira Seixo, o “não” representou a transformação de um indivíduo “dividido entre seriedade e tédio (...) insatisfeito com a sensação da vida como intervalo”, em alguém imerso na “ilha feliz da aventura, do risco, do projecto, da consciência do tempo a vir” (1989, p.36). Dessa forma, a negação da tradição constitui o estopim para uma construção distinta dos acontecimentos históricos e para a possibilidade de uma outra perspectiva de vida para um indivíduo imerso no conformismo.

De revisor de textos alheios, o homem passa a autor, graças à sugestão de Maria Sara – primeiramente, a chefe; depois, a amante – de que a nova versão da História do cerco de Lisboa fosse concretizada. Nesse momento, transforma-se na personagem que, segundo Lucien Goldmann, costuma ocupar o lugar do herói nos romances: o indivíduo “problemático” que busca “valores autênticos num mundo de conformismo e convenção” (1976, p.9). É exatamente quando assume as rédeas do relato e rompe com o tradicionalismo supostamente inquestionável, que o revisor começa a emergir da melancolia existencial, fazendo da procura por outra versão dos acontecimentos um ato obsessivo que lhe permite, inclusive, adquirir a consciência da mediocridade e da apatia que o cercavam, como revela ao descrever-se para Maria Sara:

Vivo sozinho nesta casa, e há muitos anos não tenho mulher, excepto quando a necessidade aperta, (...), sou uma pessoa

sem atributos especiais, normal até nos defeitos, e não esperava muito da vida, enfim, esperava conservar a saúde porque é uma comodidade, e que o trabalho não me faltasse, a isto, que não é pouco, reconheço, se limitavam as minhas ambições (SARAMAGO, 1989, p.259).

Ao seguir a contramão dos discursos oficiais, a escrita do revisor fragiliza a linearidade temporal, a ponto de fazer com que o passado lacunar dos fatos penetre o vazio da vida presente. Nesse sentido, é possível estabelecer uma associação com as teses acerca do conceito de História, propostas por Walter Benjamin, quando revelam que “a verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido”. Dessa forma, quando se trabalha com aquilo que já aconteceu é necessário ter consciência da natureza imprecisa do material, afinal, como percebeu o filósofo alemão, “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência” (1994, p.224). Diante disso, é possível questionar a veracidade total de qualquer relato histórico; é pertinente, portanto, duvidar, e é por meio da dúvida provocada pela inserção do “não” que Raimundo Silva constrói outra versão para o cerco de Lisboa.

Ao lançar o olhar para o passado, o revisor depara-se, de imediato, com um obstáculo ao alcance do objetivo, que é a inúmera quantidade de fontes de pesquisa. Nesse momento, tece uma reflexão essencial aos caminhos que vai trilhar ao trabalhar com os fatos da conquista de Lisboa. Diz o, agora, autor que “o mal das fontes (...) está na imprecisão dos dados, na propagação alucinada das notícias”, o que gera uma

proliferação das próprias fontes (...), as que copiaram, as que fizeram mal, as que repetiram por ouvir dizer, as que alteraram de boa-fé, as que de má-fé alteraram, as que interpretaram (...), e também as que se proclamaram única, eterna e insubstituível verdade, suspeitas, estas, acima de todas as outras. (SARAMAGO, 1989, p.125).

O problema, portanto, encontra-se no excesso de história, mais especificamente naquela que se apresenta como absoluta e inquestionável, monumentalizada como passado “digno de imitação, como imitável”. (NIETZSCHE, 1988, p.122).

Por isso, logo no início da construção do relato, Raimundo Silva recorre a apenas uma fonte, a mesma História do cerco que revisara, para procurar uma possível motivação à recusa dos cruzados em ajudar os portugueses. Concentra-se no discurso de Afonso Henriques, que procurou convencer os estrangeiros utilizando a alegação de que o feito seria mais uma glória para aqueles que tentavam

propagar a fé. No entanto, no final do século XX, o pedido do rei não possui qualquer pertinência, afinal a lógica do mercado passou a influenciar até as relações humanas. Com isso, o revisor pode encontrar a causa ideal para fundamentar a ideia de que os guerreiros medievais se recusaram a auxiliar a conquista, afinal, como ironicamente diz o narrador, “Dai a Deus o que é de Deus e a César o que é de Cesar (...) uma coisa será ajudar eu a Deus, outra coisa é pagarem-me bem na terra por esse e todos os demais serviços” (SARAMAGO, 1989, p.129).

A inserção de um pensamento pautado nas relações mercadológicas em meio aos acontecimentos medievais revela a fragilização da linearidade temporal, tradicionalmente explorada por historiadores, afinal a pós-modernidade estabelece padrões sociais a partir da “aptidão de participar do jogo consumista” (BAUMAN, 1998, p.24). Diante disso, penetra na versão escrita por Raimundo Silva a valorização do lucro, potencializada no presente, tempo em que, segundo Zygmunt Bauman, “o consumo é a medida de uma vida bem sucedida, da felicidade e mesmo da decência humana” (1998, p.56). Isso é compreensível quando se observa o fato de que a própria personagem do romance de José Saramago não se encaixa na lógica contemporânea, por não ter as condições necessárias à participação no jogo do consumo, inserindo-se, assim, no rol das figuras à margem que costumam ocupar o espaço de protagonistas dos relatos saramaguianos.

Essa influência da lógica atual concretiza-se de maneira relevante no momento em que Raimundo Silva vê-se como personagem da narrativa do cerco, apresentando-se como um dos cruzados abordados pelo rei, um dos homens capazes de recusar a luta diante do fato de não obterem qualquer vantagem: “Isto [a proposta real] ouvi eu, cruzado Raimundo Silva, ouviram os meus ouvidos, e assombrado fiquei de que rei tão cristão não tivesse aprendido a palavra divina” (SARAMAGO, 1989, p.128). Tem-se, portanto, o contorno inicial de uma terceira temporalidade: para além do passado e do presente, a *História do cerco de Lisboa* situa-se em outro tempo, em que a vida do revisor confunde-se com o fato histórico, em uma mútua relação de influência.

Nesse ponto, convém destacar a participação essencial de Maria Sara, a chefe de Raimundo Silva, mulher encarregada da fiscalização do trabalho dos revisores, na construção do diálogo temporal que aparece no romance, afinal foi essa personagem feminina a responsável pela passagem da condição de revisor para a de autor. É dela a sugestão de que o “não” inserido no relato do historiador poderia render uma boa narrativa, diferente de qualquer antes feita. Com isso, não é espantoso o fato de a inspiração para a escrita surgir exatamente após um encontro com essa personagem, assim como a motivação para a recusa dos cruzados. Afinal, o próprio revisor considerou apenas a falta da obtenção de vantagens insuficiente para fundamentar a negativa dos cavaleiros medievais, o que o levou a pensar em uma solução baseada no tom heroico comumente atribuído às ações de Afonso Henriques.



Diante disso, é necessário destacar o caminho encontrado pelo revisor para sustentar a ideia de que os cruzados não ajudaram os portugueses. Raimundo Silva utiliza, então, a Batalha de Ourique, fato histórico considerado marcante para o surgimento da nacionalidade. O rei decide relatar aos cavaleiros medievais a aparição do Cristo crucificado, que anunciou a vitória lusitana sobre os mouros, mesmo em menor número. Esse episódio constantemente retomado quando se estuda a História de Portugal é mencionado na narrativa de forma contrária, não mais como o anúncio de um herói português, mas como justificativa para que cristãos, supostamente responsáveis pela propagação da fé católica, recusassem-se a auxiliar a expulsão dos mouros, como revela a resposta do cruzado Guilherme Vitulo:

gozando o rei de Portugal de tão eficazes e fáceis ajudas de Nosso Senhor Jesus Cristo, por exemplo, no perigoso aperto que foi dito ter sido o da batalha de Ourique, mal haveria de parecer ao mesmo Senhor presumirem os cruzados que ali estavam em trânsito de substituí-lo na nova empresa, pelo que dava como conselho, se recebê-lo queriam, fossem os portugueses sozinhos ao combate, pois já tinham segura a vitória e Deus lhes agradecerá a oportunidade de provar o Seu poder, esta e tantas vezes quantas para isso vier a ser solicitado. (SARAMAGO, 1989, p.155).

Percebe-se, assim, que o celebrado milagre de Ourique transforma-se no motivo da recusa, porém o que mais se destaca na resposta de Vitulo é o tom irônico com que faz referência à aparição do Cristo. O anúncio da vitória lusitana no conflito com os mouros é posto em xeque pelo cruzado, que questiona inclusive a veracidade do relato real e da vitória portuguesa, ao mencionar, na voz passiva, o “perigoso aperto que *foi dito ter sido* o da batalha de Ourique”. O uso do verbo *dizer* em oposição ao *ser* reforça a imprecisão que envolve o discurso supostamente consolidado acerca dessa passagem da História de Portugal.

A partir da decisão acerca da justificativa do “não”, presente e passado passam a confundir-se, confusão essa que alcança o ápice quando Raimundo Silva percebe a necessidade de escolher uma personagem que possa destacar-se no cerco de Lisboa. Na contramão do que, comumente, realiza a pesquisa histórica, o revisor escolhe Mogueime, soldado simples, mais uma figura que contraria a ideia consolidada que se tem acerca das personagens heroicas. Nessa escolha, torna-se evidente o envolvimento existente entre a obra e seu criador. O narrador revela a dificuldade que Raimundo Silva sente em aceitar a personagem, tecendo uma reflexão reveladora, na medida em que aproxima gradativamente o revisor e o soldado. Este é caracterizado como alguém que “além de mostrar não saber exatamente quem é, porventura está maltratando a verdade que, como testemunha

presencial, seria seu dever respeitar e transmitir aos vindouros, nós” (SARAMAGO, 1989, p.192).

É impossível não associar essa caracterização à própria imagem do revisor, que também ousou “maltratar” um relato supostamente consolidado ao inserir o “não”, o que permite ao narrador concluir que “a relutância que Raimundo Silva tem mostrado em aceitar Mogueime como personagem” pauta-se no fato de que ele mesmo “tem culpas habituais em outra, decerto não menor, mas mundanamente tolerada por mérito da sua própria divulgação e acessibilidade, e que é o fingimento” (SARAMAGO, 1989, p.194). Dessa forma, é coerente afirmar que a personagem central dessa “Nova História”<sup>2</sup> do cerco aproxima-se de uma projeção do próprio revisor, o que explica o temor em aceitá-la, já que Raimundo Silva, ao longo do romance, apresenta dificuldade de encarar-se, recusando, muitas vezes, seus próprios sentimentos e até a passagem do tempo, como demonstra o ato constante de pintar o cabelo, mais um hábito abandonado após o início da atividade de escritor.

Percebe-se, então, que Mogueime constitui o elo que liga a escrita de Raimundo Silva à vida presente, capaz de animá-la e vivificá-la, duas ações essenciais ao olhar que se deve lançar à História, segundo Friedrich Nietzsche (1988, p.128) A personagem do cerco de Lisboa tem sua trajetória influenciada, a todo momento, pelas experiências do revisor, principalmente pela relação cada vez mais intensa que constrói com Maria Sara. Assim, surge também na vida de Mogueime uma personagem feminina, Ouroana, que encanta o soldado a ponto de seu coração desatar-se “numa espécie de pânico” (SARAMAGO, 1989, p.227).

É interessante observar que essa mulher surge no mesmo momento em que Maria Sara adoece e transforma-se em objeto constante de preocupação para Raimundo Silva. Quando a escrita revela que o soldado medieval teve a coragem de perguntar o nome da jovem que o encantou, o revisor decide pegar o telefone e fazer uma ligação para a chefe, afinal, como destaca o narrador, “para falar, como para matar, é preciso chegar perto, assim fizeram Mogueime e Ouroana” (SARAMAGO, 1989, p.228). E assim fará também Raimundo Silva, influenciado pelos caminhos que a própria personagem começara a traçar no relato do cerco de Lisboa. Ao ganhar a coragem necessária para falar com Maria Sara, vê-se diante da oportunidade de revelar-lhe seu amor, ao perceber que aquilo que sente é correspondido. Novamente, uma atitude corajosa na vida do revisor só apareceu graças à ousadia da chefe, capaz de interpelá-lo e questioná-lo acerca do que sentia por ela.

No momento em que Raimundo Silva consegue dar mais um passo definitivo em sua vida, vendo-se capaz de superar a mediocridade e o conformismo em que vivia ao descobrir-se objeto de desejo de uma mulher, Lisboa é cercada. Nesse momento, tem-se uma das passagens em que presente e passado fundem-se de maneira mais acirrada. Maria Sara entra no apartamento de Raimundo Silva e tem contato, pela primeira vez, com o relato do cerco de Lisboa. A leitura atenta que faz



dos escritos vê-se marcada pelo romance de Mogueime e Ouroana, imediatamente associado à relação que ela própria estava vivendo ao lado do revisor.

Essa descoberta de uma história de amor em meio aos acontecimentos brutais que marcaram a retomada de Lisboa aparece como mais uma motivação para o envolvimento entre Raimundo Silva e Maria Sara. A partir da consciência da existência de um caso amoroso na época medieval, os dois unem-se ainda mais e olham para si mesmos como personagens da mesma história do cerco que despertou o sentimento entre Mogueime e Ouroana: “Então, aqui, na torre, que somos nós, mouros ou cristãos, Por enquanto, mouros, estamos cá justamente para impedir que os cristãos entrem, Não o conseguiremos, nem vai ser preciso esperar pelo fim do cerco” (SARAMAGO, 1989, p.267). Tem-se, assim, um tempo outro, não mais presente ou passado, mas a fusão dessas duas temporalidades, que atingirá o ápice no momento em que o revisor e a chefe reconhecem-se nos amantes que integravam o relato: “se há algo nesta mulher que para Mogueime não tenha segredos, é o seu nome, tantas são as vezes que ele o tem dito, os dias não só se repetem, como se parecem, Como te chamas, perguntou Raimundo Silva a Ouroana, e ela respondeu, Maria Sara” (SARAMAGO, 1989, p.290).

Raimundo Silva, Maria Sara, Mogueime e Ouroana podem ser considerados personagens que atravessam o tempo, que superam as noções de presente e passado, posto que se fundem e, com isso, permitem a construção de uma terceira temporalidade no romance de José Saramago. Esta se pauta na percepção da fragilidade dos aspectos temporais, na medida em que passado e presente mostram-se diretamente veiculados à vida. Dessa forma, o escritor português constrói, por meio da ficção, uma crítica não apenas à forma com que a humanidade acostumou-se a compreender a História, mas também ao próprio homem atual, que, como Raimundo Silva, caminha conformado com a ordem, incapaz de questionar as verdades que lhe são impostas.

Foi preciso que o revisor contrariasse o “consenso” e o “domínio”<sup>3</sup> para tornar possível não apenas a reescrita da História do cerco, mas uma reescrita de sua própria trajetória. Segue, portanto, a trilha inversa àquela que costuma ser percorrida pelos homens da pós-modernidade, impelidos, constantemente, a “andar para a frente com o tempo” (BAUMAN, 1998, p.110), em uma nítida recusa a voltar-se para o passado como meio de compreender a situação presente, não como exemplo ou monumento. Esse mesmo movimento de negação realiza Mogueime, ao transformar-se em porta-voz dos soldados que não possuíam título de nobreza. Da mesma forma que Raimundo Silva rompeu com a tradição, o homem simples que lutara pelos portugueses tem a coragem necessária para enfrentar o rei e reivindicar parte dos saques feitos após a conquista de Lisboa, comportamento que foge ao patriotismo evidente nos discursos de Afonso Henriques, ao longo da narrativa. Nas linhas da História, surge, então, a vida que emerge da relação existente entre essas duas personagens.

Torna-se evidente, portanto, que é a partir do olhar que lança para trás, ciente de que se apropria de uma reminiscência, que Raimundo Silva percebe que, finalmente, aprendera a reparar – tanto no que se refere a ver atentamente quanto no que diz respeito ao ato de consertar, de corrigir –, e conclui: “tenho me divertido ou instruído, aos poucos, a descobrir a diferença entre olhar e ver e entre ver e reparar” (SARAMAGO, 1989, p.302). O grande aprendizado do revisor associa-se à percepção de que o discurso histórico não pode mais ser visto como “templo de eternização do passado”, consciência revelada em muitas obras de José Saramago que, pelas linhas ficcionais, apropria-se do pregresso para instituí-lo como “dimensão criadora do futuro” (SILVA, 2000, p.199).

A versão que o revisor escreve para a História do cerco chega ao fim com a vitória dos portugueses, afinal, como bem observou Maria Sara, “de toda a maneira sabemos como a história terá de acabar, a prova é estarmos a jantar em Lisboa, não sendo mouros nem turistas em terra de mouros” (SARAMAGO, 1989, p.299). A conquista manifesta-se com a morte do último almuadem, contudo, em meio ao cenário de horror que emerge do conflito, Mogueime e Ouroana podem viver o amor que sentem um pelo outro, assim como Raimundo Silva e Maria Sara. Por meio dessas personagens, a ficção penetra a História, assim como presente e passado podem, enfim, intercambiar-se, demonstrando que, conforme percebeu Friedrich Nietzsche, o sentido histórico pode – e deve – alimentar e alimentar-se da vida.

### Notas

<sup>1</sup> Esse caráter lacunar é reforçado por Linda Hutcheon, que afirma: “obras pós-modernas (...) tendem a fragmentar, ou ao menos instabilizar, a tradicional identidade unificada ou subjetividade de caráter” (1988, p.123).

<sup>2</sup> A utilização desta expressão é feita pelo próprio narrador da *História do cerco de Lisboa*, que afirma ser a narrativa escrita por Raimundo Silva a “Nova História” (SARAMAGO, 1989, p.183) dos acontecimentos do cerco.

<sup>3</sup> Termos utilizados por Raimundo Silva, ao perceber como os homens encontram-se presos aos padrões impostos pelos dominadores: “Orientamo-nos por normas geradas segundo consensos e domínios” (SARAMAGO, 1989, p.300).

### Referências

- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: *Obras Escolhidas I. Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaios sobre Literatura e História da Cultura*. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. Mauro Gama, Cláudia Martinelli. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

- GOLDMANN, Lucien. *Sociologia do Romance*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- HUTCHEON, Linda. "Historicizando o pós-moderno: a problematização da história". In: *Poética do pós-modernismo. História. Teoria. Ficção*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1988.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Considerações intempestivas*. Trad. Lemos de Azevedo. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.
- SARAMAGO, José. *Historia del cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SEIXO, Maria Alzira. "História do cerco de Lisboa ou a respiração da sombra". In: *Colóquio Letras*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, n.109, mai.1989, p.33-40.
- SEIXO, Maria Alzira. *Lugares da ficção em José Saramago*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999.
- SEIXO, Maria Alzira. "Narrativa e ficção – problemas de tempo e espaço na literatura europeia do pós-modernismo". In: *Colóquio Letras*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, n.134, out.1994, p.101-114.
- SILVA, Teresa Cristina Cerdeira da. *O avesso do bordado. Ensaios de Literatura*. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.